



Agricultura Familiar: um estudo de caso dos aspectos sociais e de produção do Assentamento Ipê Amarelo - Wanderlândia - Tocantins/Brasil

Marcelo Barbosa César¹

José Francisco Mendanha²

Raissa Mariano César³

Resumo: Este estudo procurou compreender as trajetórias e concepções próprias dos agricultores familiares do Assentamento Ipê Amarelo em Wanderlândia – TO, sobre suas experiências e práticas com a gestão de produção e as formas de interação com o mercado. A presente pesquisa teve como objetivo identificar quais são os fatores de produção e de organização social que contribuem para a produção e distribuição de alimentos, bem como, o aumento da renda dos produtores. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem de pesquisa qualitativa e utilizouse do instrumento entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados do estudo apontam dificuldades no processo de distribuição dos produtos devido à precariedade da via de acesso ao assentamento e a indisponibilidade de maquinários para os serviços de manutenção da via. Mesmo nesse cenário de dificuldades o estudo apresentou que a segurança alimentar, a cultura local, a organização associativa no assentamento, a qualidade dos alimentos, a forma de trabalho entre os membros do núcleo familiar e as políticas públicas para o meio rural do município resultaram na melhoria da qualidade de vida dos produtores e no aumento da renda familiar.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Produção rural; Trabalhador rural; Programa de Aquisição de Alimentos..

Family Agriculture: A Case Study of Social Aspects and Production of the Ipê Amarelo Settlement - Wanderlândia - Tocantins – Brazil

Abstract: This study sought to understand the trajectories and conceptions of family farmers from the Ipê Amarelo settlement in Wanderlândia - TO, about their experiences and practices with production management and ways of interacting with the market. The present research aimed to identify which are the factors of production and social organization that contribute to the production and distribution of food, as well as the increase in the income of producers. This is a case study, with a qualitative research approach and semi-structured interviews and direct observation were used. The results of the study point to difficulties in the product distribution process due to the precariousness of the access road to the settlement and the unavailability of machinery for the maintenance services of the road. Even in this difficult scenario, the study showed that the food security, the local culture, the associative organization in the settlement, the quality of the food, the way of working among the members of the family nucleus and the public policies for the rural environment of the municipality resulted in the improvement of the quality of life of the producers and in the increase of family income.

Keywords: Food safety; Rural production; Rural worker; Food Acquisition Program.

¹ Professor adjunto II do curso de Engenharia de Transportes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Goiás - FCT/UFG. Autor Correspondente: professormarcelocesar@gmail.com

² Professor Adjunto do curso de Logística da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

³ Doutoranda em Administração pelo Centro Universitário da FEI - São Paulo.

Introdução

Observa-se em Bittencourt (2018) que a situação socioeconômica da agricultura familiar tem se modificado em decorrência das novas formas de manejo da produção, e que estas mudanças podem ser observadas nas operações de produção, na gestão e na inovação nas unidades produtivas e nos novos modelos de assentamentos rurais instituídos a partir do último quartil do século vinte no Brasil.

No que se refere ao incremento financeiro na renda dos membros da agricultura familiar, nota-se que há ainda problemas estruturais que comprometem a viabilidade financeira dos pequenos estabelecimentos rurais familiares e que embora se observe o fortalecimento do desenvolvimento regional, a permanência do homem no campo, a ampliação da sustentabilidade agrícola, a profissionalização rural e a redução da extrema pobreza no campo, os agricultores familiares têm dificuldades de acesso às inovações para o setor e de promoção da economia de escala na produção para além da sobrevivência (BITTENCOURT, 2018).

Tedesco (2001), Pelinski *et al.* (2006), Abramovay (2007), Noda *et al.* (2013), Moreira *et al.* (2017), em seus estudos apontam que há a predominância do modelo da agricultura familiar no meio rural produtivo e que no Brasil cerca de 3,9 milhões de propriedades rurais se caracterizam como agricultura familiar. Estas representam cerca de 76,8% dos estabelecimentos rurais, 23% das terras já agricultáveis, 67,0% do pessoal no campo brasileiro e 33% do PIB (Produto Interno Bruto) do setor do agronegócio, de acordo com uma série de dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – de 2017. Essa afirmação se confirma pelo número de unidades produtivas com pequenas áreas existentes no ambiente rural brasileiro e que são geridas por núcleos familiares.

Quanto à diversidade de produção, encontra-se na agricultura familiar a representação de cerca de 70% dos itens da cesta de alimentos produzidos no Brasil, ou seja, a maioria dos produtos que fazem parte da dieta diária do povo brasileiro são produzidos nos moldes da agricultura familiar. Essa diversificação de produção é marcada pela existência de agricultores que utilizam seus recursos de forma eficiente e pela grande variedade de produtos cultivados. Há ainda os aspectos sociais e técnicos que possibilita a soberania alimentar, o incremento de renda, a qualidade ambiental, a ocupação de mão de obra no meio rural, e a geração de aproximadamente R\$ 54 bilhões ao ano para as famílias em todo o país, conforme Tabela 1 (IBGE/2019).

No ambiente da agricultura familiar a diversificação da produção é marcada pela utilização dos recursos disponíveis (materiais, humanos e financeiro) de forma eficiente na produção de uma grande variedade de produtos cultivados. Já quanto aos aspectos sociais e técnicos pode ser observado a manutenção da soberania alimentar, a busca do incremento de renda, a manutenção da

Barbosa César et al.

qualidade ambiental e a ocupação da mão de obra familiar no meio rural, fatores que contribuíram para a geração de aproximadamente R\$ 106,5 milhões ao ano para as famílias em todo o país (IBGE, 2019).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários com quantidade produzida e valor da produção.

Agricultura familiar		Brasil	Tocantins	Wanderlândia
Sim	Nº de estabelecimentos	3.897.408	44.955	352
	Quantidade Produzida	5.577.465	62.054	410
	Valor da produção	106.472.475,00	1.136.965,00	8.357,00
Não	Nº de estabelecimentos	1.175.916	18.853	132
	Quantidade Produzida	1.506.450	23.601	154
	Valor da produção	355.889.076,00	5.575.498,00	8.493,00
Total	Nº de estabelecimentos	5.073.324	63.808	484
	Quantidade Produzida	7.084.396	85.655	564
	Valor da produção	462.361.551,00	6.712.463,00	16.850,00

Nota: Elaborado com base em IBGE - Censo Agropecuário 2017/SIDRA

Fonte: Autores, 2023.

Ao considerar que as áreas produtivas no ambiente rural do Brasil se caracterizam predominantemente pelas organizações familiares, buscou-se por meio desse estudo a investigação do seguinte objetivo: Identificar quais são os fatores de produção e de organização social que contribuem para a produção e distribuição de alimentos, bem como, o aumento da renda dos produtores do Assentamento IPÊ Amarelo em Wanderlândia -TO.

A fim de alcançar o objetivo exposto foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa/quantitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso, com entrevistas orientadas por roteiros semiestruturados e observação não participante. Por fim a análise descritiva e interpretativa dos dados produzidos (CRESWELL, 2014; YIN, 2015).

A escolha do tema desse estudo se justifica na medida em que há a necessidade de apontar fatores sociais, organizacionais, econômicos e ambientais passíveis de serem indutores do desenvolvimento das propriedades, das pessoas, e do meio ambiente no contexto da agricultura familiar.

Agricultura Familiar

Chayanov (1974), Lamarche (1998), Tedesco (2001), Wanderley (2004), Noda et al. (2013) e Ploeg (2016) direcionam estudos no sentido de que a agricultura

familiar é composta por uma cultura própria de proteção a biodiversidade e se organiza, conforme seus costumes, para a produção em suas unidades produtoras de acordo com suas lógicas de funcionamento e a observância de fatores externos para manterem competitivos nos mercados.

Brumer *et al.* (1993), Abramovay (2007), Noda *et al.* (2013) e Ploeg (2016) apontam que no Brasil as condições sociais, culturais, políticas e econômicas prevalecem no ambiente rural e que são carregadas de inúmeras desigualdades. Os autores registram ainda que estas são advindas da colonização do território físico e do poder político e que ao longo da história de colonização brasileira se observou a disparidade em relação a quantidade de território nas mãos de poucos e o grande volume de plantações de monoculturas, as quais eventualmente são destinadas aos mercados internacionais e trazem como consequências: o não enriquecem da região local, o desmatamento, a degradação do solo, e gera renda para um aglomerado empresarial e econômico.

Quanto as formas de manejo da terra e da produção presentes no mundo rural, Wanderley (2004), Noda *et al.* (2013) apresentam que estas formas estão carregadas tradições que não foram rompidas ao longo do tempo, isso porque são passadas de gerações em gerações e ainda predominam no processo produtivo empregado nas áreas da agricultura familiar. Por certo, estas práticas de manejo da terra também podem ser encontradas como estratégias de produção, uma vez que auxiliam nas instâncias imediatas de decisão e servem como forma de avaliação de desempenho do trabalho agrícola e ao mesmo tempo orienta os agricultores a manterem a configuração do modelo de trabalho familiar, ainda que em um novo contexto. Estas tradições que compõem as formas de manejo, cultivo e o trabalho, se encontram, hoje, com as capacitações disponibilizadas por meio de políticas públicas e, também, são percebidas no ambiente da agricultura familiar como essenciais no processo de produção, já que auxiliam o agricultor na forma correta de manejo da terra e contribuem para a gestão financeiras dos recursos, insumos, e dos resultados da produção.

Quanto o aspecto jurídico, encontra-se que a propriedade de agricultura familiar é determinada pelo tamanho da terra, e conforme posto na Lei 11.326/2006, artigo 3º, o agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural e que simultaneamente não detenha, a qualquer título, uma área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais. Também utilize predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas em seu estabelecimento ou empreendimento, da mesma forma que tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, e por fim que dirija seu estabelecimento ou empreendimento juntamente com a sua família (BRASIL, 2006).

Pelinski *et al.* (2006), Abramovay (2007), Alves (2011), Guanziroli (2013), Noda

et al., 2013, Ploeg (2016), Moreira *et al.* (2017) afirmam que a agricultura familiar pode ser idealizada em diversas formas: pelo tamanho da terra; característica de produção; quantidade de trabalhadores empregados na unidade de produção em relação à mão de obra familiar; pelos mecanismos de financiamento da produção; e pelas diretrizes dos órgãos de planejamento e desenvolvimento rural no Brasil. Mesmo com todos esses parâmetros, os autores destacam que estes itens não são suficientes para emergir toda o aparato que está ligada a agricultura familiar, uma vez que não abrange os aspectos fundantes da organização familiar, os traços culturais percebidos no ambiente do campo onde se instalam essas unidades produtivas, e a forma de trabalho empregada no processo de produção. Nesse sentido a relevância da família, como unidade de análise, justifica-se como um importante agente integrador das relações sociais no interior das unidades de produção agrícola.

Para Bruno (2016), Aquino *et al.* (2018), Paiva *et al.* (2019) a reprodução do trabalho, especialmente nas unidades produtivas da agricultura familiar se configuram pela presença de homens e mulheres e crianças como forma de vínculos de união familiar e de uma visão ampliada da relação com a comunidade, a cidade e os mercados. Verifica-se que a vivência e a convivência no mesmo local por várias gerações permitem a construção de valores e costumes locais que são produzidos e reproduzidos ao longo do tempo, estabelecendo reciprocidade na identidade homem à natureza, do homem com a sociedade rural.

No que se refere a divisão e organização do trabalho no ambiente da agricultura familiar, Woortmann e Woortmann (1997), Alves (2011), Ploeg (2016), Bittencourt (2018) destacam que unidade de produção possuem definições próprias e são organizadas pelos diferentes membros da família. Essa divisão do trabalho atende as delimitações de gênero e ao mesmo tempo depende da posição que cada um exerce na estrutura do grupo familiar, mas que variam de acordo com as atividades que realizam no âmbito do roçado ou da casa, inclusive no cuidado com os animais.

Em organizações mais tradicionais a coordenação do trabalho é moderada pela figura paterna que define como será distribuída as funções para cada integrante familiar. Este processo de administração considera a força de trabalho, o gênero, e a idade de cada membro, contudo, na maioria dos casos, as tarefas domésticas são predominantemente executadas por mulheres, e para os homens destinam-se os trabalhos de roçado, derruba, limpeza, aplicação de produtos fitossanitários e plantio.

O amplo volume de atividades envolvidas na roça pode ajustar o modelo de distribuição de tarefas, todavia haverá sempre a predominância dos membros da família. Brumer *et al.* (1993) e Noda *et al.* (2013) registram que os jovens, crianças e idosos executam as atividades de limpeza da terra, colheita, processamento e embalagem dos produtos, trabalhos da horta, e os cuidados com os animais no

que se diz respeito à alimentação, higiene e ordenha. Os alimentos decorrentes de todo o trabalho são destinados para o consumo da própria família, o mercado local e regional.

Heredia (1979) e Bittencourt (2018) ponderam que a idade e a dominância masculina seguem como modo provedor da casa, e que as crenças tradicionais, que se perpetuam ao longo do tempo, distanciam a participação das mulheres nas decisões de unidade rural. Quanto situação socioeconômica da agricultura familiar, pode ser observado que a renda média familiar aumentou, e que isso foi em decorrência da organização da produção rural e de algumas ações de inovação. Contudo, mesmo com o incremento financeiro na renda dos membros da agricultura familiar, há ainda problemas estruturais que comprometem a viabilidade financeira desses estabelecimentos.

Estratégia Metodológica

A estratégia metodológica deste estudo se organiza pela delimitação do lócus da pesquisa e forma de construção dos dados.

Do Lócus da Pesquisa

A área territorial desse estudo é o Assentamento Ipê Amarelo, que foi criado em 1989 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e atualmente possui 37 famílias e o total de 175 pessoas. O assentamento está localizado no meio rural do município de Wanderlândia, na microrregião Araguaína, no norte do estado do Tocantins, e acessos pelas rodovias BR-153, BR-226 e TO-010. A população estimada do município em 2019 é de 11.683 habitantes, sendo que 5.868 residem no meio rural e desse número 2.955 são mulheres, ou seja, cerca de 50,4% (IBGE, 2019).

Os municípios de Wanderlândia - TO ocupam uma área de 1.373,1 km², que está posicionada nas seguintes coordenadas geográficas: 253 metros de altitude, latitude de 6°50'57" Sul, longitude 47°57'48" Oeste, entre os paralelos 6° e 8°. O solo do município é composto na sua maioria por areia quartzosas, mas há registro de outras variedades de solos, porém com incidência menores, como exemplo: ao norte há podzólicos/argissolos vermelho-amarelo e litólicos; ao leste o latossolo vermelho-amarelo e litólicos; e a oeste o latossolo vermelho-escuro. O clima preeminente é o quente e úmido, com temperaturas variando entre 26°C a 30°C, isso em dois períodos distintos durante o ano, o chuvoso e o seco. A média anual de chuva é de 1.263mm/ano, e a vegetação predominante é o cerrado composta de matas ciliares nas margens dos rios, campos úmidos e rupestres, e veredas de buritis (IBGE, 2019).

O censo agropecuário de 2017 de Wanderlândia - TO, registra que o município possui 484 estabelecimentos rurais com variação de 0,1 a 10.000 hectares, e que desse número total 352 propriedades são caracterizadas como agricultura familiar e 255 dessas propriedades possuem até 50 hectares, conforme Tabela 2 (IBGE, 2019). Já o módulo fiscal do município de Wanderlândia é de 80 (oitenta) hectares (BRASIL, 2012).

Tabela 2 - Número de estabelecimentos rurais.

	Total geral				Agricultura familiar			
	Total	Proprietário	Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	Ocupante	Total	Proprietário	Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	Ocupante
Brasil	5.073.324	4.108.639	258.309	104.281	3.897.408 (76,82%)	3.156.701 (76,83%)	219.478 (84,97%)	83.433 (80,01%)
Tocantins	63.808	53.090	7.533	999	44.955 (70,45%)	36.417 (68,59%)	6.453 (85,66%)	769 (76,98%)
Wanderlândia – TO	484	371	99	2	352 (72,72%)	257 (96,27%)	83 (83,83%)	1 (50,00%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	6	5	-	-	4	3	-	-
De 0,1 a < 0,2 ha	1	1	-	-	1	1	-	-
De 0,2 a < 0,5 ha	3	2	-	-	3	2	-	-
De 0,5 a < 1 ha	1	1	-	-	1	1	-	-
De 1 a < 2 ha	4	4	-	-	4	4	-	-
De 2 a < 3 ha	9	8	-	-	7	6	-	-
De 3 a < 4 ha	1	1	-	-	1	1	-	-
De 4 a < 5 ha	10	8	-	1	9	7	-	1
De 5 a < 10 ha	39	36	-	1	22	20	-	-
De 10 a < 20 ha	38	34	2	-	27	24	2	-
De 20 a < 50 ha	211	124	86	-	175	102	72	-
De 50 a < 100 ha	68	57	10	-	56	47	8	-
De 100 a < 200 ha	28	27	1	-	25	24	1	-
De 200 a < 500 ha	31	30	-	-	16	15	-	-
De 500 a < 1.000 ha	13	13	-	-	-	-	-	-
De 1.000 a < 2.500 ha	16	16	-	-	-	-	-	-
De 2.500 a < 10.000 ha	4	4	-	-	-	-	-	-
De 10.000 a > 10.000 ha	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	1	-	-	-	1	-	-	-

Nota: Elaborada com base em IBGE/SIDRA- Censo Agropecuário - 2017.

Fonte: Autores, 2023.

Na ocupação territorial rural de Wanderlândia – TO se observa uma maioria de unidades rurais que possuem áreas menores se comparadas com às lavouras de monoculturas existentes no município. Encontra-se, também, nos empreendimentos da agricultura familiar a produção de alimentos com foco na soberania e segurança alimentar e dentro dos pilares sustentabilidade socioeconômica e socioambiental (IBGE, 2019).

Da Construção dos Dados

Para atingir o objetivo desta pesquisa utilizou-se estudo de caso e foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa/quantitativa, sendo que a investigação qualitativa se deu por meio de 10 entrevistas semiestruturadas realizadas nos meses agosto a novembro de 2019. A escolha das pessoas entrevistadas foi de forma aleatória. Identificou-se que o volume de entrevistas atendeu às possibilidades de limites de geração de dados e a ordenação de possíveis relacionamentos entre os atores, por conseguinte, a amostra teórica. Para a pesquisa quantitativa foram utilizados dados secundários extraídos dos bancos de dado dos censos agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE/SIDRA, 2019; BERNARD, 2005; FLICK, 2013; YIN, 2015).

Para resguardar a identidade dos entrevistados os fragmentos das entrevistas estão apresentados pela sequência numérica de 1 a 10. Houve também a produção de dados por meio de entrevista realizada na secretaria da Agricultura da cidade de Wanderlândia – TO. Esta entrevista buscou conhecer as políticas públicas referentes a produção, distribuição e venda dos produtos pelos agricultores do Assentamento Ipê Amarelo.

As entrevistas semiestruturadas procuraram compreender as trajetórias e as concepções próprias dos agricultores familiares sobre as suas experiências na gestão da produção e nas formas de interação com o mercado, por meio das declarações e as percepções dos entrevistados sobre as relações socioeconômicas e o envolvimento no Ipê Amarelo.

As entrevistas com membros do assentamento ocorreram nas diversas unidades de produção. Por decorrência disso houve a proximidade dos pesquisadores com ambiente da pesquisa, permitindo, consecutivamente, a realização da observação não participante (GIL, 2012) que buscou identificar os seguintes pontos: recursos técnicos empregados na atividade de campo; as condições das moradias dos associados/produtores rurais; os recursos tecnológicos utilizados pelos produtores rurais para comunicação; itens de produção e comercialização; as relações familiares entres moradores do assentamento; e as expressões culturais da localidade.

Resultados e Discussão

Os resultados produzidos por meio da pesquisa apresentam as condições sociais e econômicas das Unidades Familiares e estão organizados nos

seguintes itens: as condições sociais e econômicas das unidades familiares; a produção e a distribuição dos produtos; a forma de manejo, cultivo e mão de obra.

Para Bittencourt (2020), Schneider (2016) a agricultura familiar está culturalmente vinculada a soberania e a segurança alimentar em suas formas de manejo da terra e a diversidade de cultivares que são produzidos, tanto para o uso interno, bem como o seu excedente que é levado ao mercado para troca em outros itens não produzidos em seu território.

Neste sentido, observa-se que a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento local, bem como para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação intrínseca com a terra e a preservação e conservação da agrobiodiversidade e seus ecossistemas produtivos (BITTENCOURT, 2020).

Em concordância com os fundamentos apresentados por Bittencourt (2020), Schneider (2016), entende-se que os agricultores do Assentamento Ipê Amarelo e suas propriedades enquadram dentro do escopo dos conceitos de agricultura familiar utilizados em todo o território nacional brasileiro.

Observa-se, também, em Nascimento, Aquino, Delgrossi (2022) que a discussão sobre o território rural brasileiro está estruturada por uma diversidade socioeconômica e sociocultural. Ainda segundo os autores esta estruturação se relaciona com a agrobiodiversidade e seus ecossistemas produtivos de cada território, seja ele local, regional e nacional.

Nesta perspectiva os resultados da pesquisa apontam que todas as propriedades do Assentamento Ipê Amarelo possuem o documento de Concessão de Uso expedido pelo Incra - Tocantins. Quanto as características das propriedades verificaram-se que: o tamanho das propriedades não são iguais e possuem uma variação entre 24,2 e 58,08 hectares; a maioria dos lotes são de 33,88 hectares; as áreas cultivadas medem de 30m² a 9,68 hectares; a área de pastagem tem uma variação de 9,68 a 19,36 hectares; e o tamanho da reserva legal tem uma variação de 4,84 a 24,2 hectares, conforme dados do IBGE/SIDRA (2017).

Os achados deste estudo apontam que idade média dos produtores fundadores do assentamento é de 45 anos, e que entre os pesquisados há várias queixas de problemas de saúde e de dificuldades para cuidar da terra. O entrevistado 4 registrou que *“nós estamos ficando velhos e cansados com a lida da terra [...] hoje precisamos muito mais da ajuda dos nossos familiares para continuar o nosso trabalho”*.

Mesmo com o descontentamento em relação a saúde e a idade, identificou-se entre os entrevistados o amor-próprio pelo trabalho e a satisfação em relação a situação atual. Esse sentimento de honra do trabalho no campo se apresenta pela descontinuidade do termo “assentado” entre os pesquisados, que para os entrevistados/membros do assentamento o correto é chamá-los de Produtor Rural ou Agricultor. O entrevistado 6 afirma que o termo *“assentado dá uma*

Barbosa César et al.

impressão de dependente de tudo e de não ser o dono da terra [...] já produtor rural representa mais o que hoje somos, os donos da terra [...], pois dependemos só de nós”.

Para os entrevistados a atividade de produção com o trabalho coletivo dos membros familiares representa menor custos. Contudo a redução continuada do número de componentes no núcleo familiar poderá trazer um problema para o futuro. Atualmente a quantidade média de membros nas famílias dos produtores é de 4 residentes em uma unidade de produção, e dentre estes residentes, frequentemente, se verifica a presença de netos do patriarca da família com idade menor ou igual a 15 anos. Um dos motivos apresentados para essa realidade é que as filhas e os filhos, em idade adulta, buscam outras oportunidades de estudo e trabalho em ambientes distantes do meio rural.

Os agricultores, os representantes do núcleo familiar, em sua maioria possuem origem no meio rural das cidades do norte e nordeste do Brasil. Constatou-se, também, a existência de 2 agricultores que declaram possuir origem no meio urbano das cidades do norte do Tocantins. Esses ressaltaram que iniciaram suas atividades no assentamento por relações de parentela com os demais assentados e pela procura de outros meios para a seguridade alimentar e qualidade de vida.

O acesso à educação e a saúde foram apontados pelos entrevistados também como motivos para ingressarem no assentamento, isso porque, segundo os pesquisados, mesmo estando no ambiente rural do município de Wanderlândia - TO os serviços públicos ofertados são melhores do que os encontrados nas localidades onde anteriormente residiam. Para o entrevistado 1, *“lá nós não tínhamos escola perto e o postinho não tinha médico, era tudo muito ruim [...] não tinha nada lá [...] aqui mesmo longe da cidade tá melhor”.*

No que se refere a renda familiar, segundo os entrevistados a média do rendimento familiar é de R\$ 2.500,00 por mês, ou 2,505 de salários-mínimos da época da pesquisa. Uma quantia que segundo o entrevistado 7 é *“suficiente [...] pois nós gastamos pouco aqui [...] pois temos as verduras e a carne que tiramos daqui mesmo [...] e não precisamos comprar [...] isso ajuda muito a diminuir os gastos do mês”.*

Os dados da pesquisa registram prioritariamente o consumo dos produtos de origem do assentamento, e que estes se apresentam como um dos fatores da segurança alimentar dos pesquisados, além de contribuir para a qualidade de vida e o aumento de renda. O entrevistado 3 destacou que: *“as experiências vividas no meio rural são muito prazerosas [...] eu não trocaria por nada [...], mas ainda falta o apoio do governo”.* Já o entrevistado 6 evidenciou que: *“vou na cidade apenas porque é necessário”*, e o entrevistado 2 que: *“trabalhar e morar na roça é o céu”.*

Há entre os entrevistados aqueles que sustentam a posição de melhoras

no assentamento se comparado com anos anteriores, mas afirmam que falta o auxílio do governo para a permanência dos produtores no meio rural. O produtor 9, destacou que: *“colocaram a gente aqui e esqueceram de nós [...] o governo tem que dar mais auxílio e ajudar a gente sempre”*.

Na construção dos dados dessa pesquisa, identificou-se a existência de uma associação criada pelos assentados com a finalidade de orientar e ajudar os produtores na produção e comercialização dos produtos. Contudo, segundo os entrevistados, a associação necessita de mudanças, uma vez que diversos problemas de gestão são observados. O entrevistado 4 relatou que: *“de vez em quando tem reunião [...] e eu participo, mas a associação é muito desorganizada”*. O produtor 6 apresentou a sua posição em relação a associação dizendo que: *“acontecia as reuniões da associação [...] eu percebia que não funcionava corretamente, apenas tinha muita falação e promessas, por esta razão desisti de ficar lá”*. Para entrevistado 3: *“o INCRA deveria disponibilizar aos agricultores as coisas nas formas que devem ser feitas [...] nós produtores não temos tempo”*.

Próximo ao assentamento está instalada a Escola Municipal Duas Barras que atende os filhos dos produtores e a população da região. Para os estudantes terem acesso à escola é oferecido o serviço de transporte escolar pela prefeitura. Os filhos matriculados no ensino médio realizam seus estudos nas escolas localizadas na sede do município, para estes também são ofertados o serviço de transporte escolar. Todavia, alguns assentados advertem que no período chuvoso há problemas de trafegabilidade nas estradas, e que o ônibus escolar não consegue chegar no assentamento e, em função disso, as crianças passam dias sem ir à escola.

O processo de assentamento dos produtores se deu pela entrega dos lotes e das casas com energia elétrica. Com o passar do tempo os agricultores realizaram investimentos nas suas residências, como exemplos: reformas; e ampliação das instalações. Em decorrência dessas melhorias verificou-se que atualmente as casas são edificadas em alvenaria, possuem banheiro interno, mobiliários e eletrodomésticos modernos.

O processo de produção e distribuição de produtos estão apresentados no item a seguir, nele constam as percepções dos entrevistados sobre os obstáculos na produção de alimentos no Assentamento Ipê Amarelo.

A Produção e a Distribuição dos Produtos

O estudo identificou que o plantio das culturas é realizado individualmente em cada área, mas há a frequência das práticas de parceria e mutirão, ou seja, a ajuda de outros produtores do assentamento no plantio e na colheita de uma determinada área. Não se verificou no Assentamento Ipê Amarelo a existência de plantios irrigados.

Os entrevistados declararam que na safra anual há uma grande variedade de produtos. No entanto verificou-se a predominância de grãos, como: milho,

Barbosa César et al.

feijão e arroz. De plantas tuberosas e convolvulácea, encontrou-se a produção de: mandioca, e batata-doce. No grupo de verduras e hortaliças, foram relatadas a produção de: abobora, quiabo, jiló, berinjela, alface, rúcula, pimenta e couve. Nos quintais, as áreas próximas às residências dos produtores, concentram a produção de frutas, como: banana, cupuaçu, laranja, tangerina, limão, abacate, coco, mamão, acerola, jambu, caju, goiaba, café, tomate, melancia e maracujá. Na lista de produtos ofertados ao mercado foi encontrada a existência de itens processados/industrializados, como: farinha de milho, fubá, farinha de mandioca, fécula de mandioca, doces e compotas.

No Assentamento Ipê Amarelo há ainda produtores, em menor quantidade, que além da atividade agrícola se dedicam a criação de gado, porcos e galinhas. Os produtos derivados dessa atividade e que são comercializados são: frangos, galinhas, ovos, leite in natura, e bezerros. Os processados são: queijos, carne suína, e linguiça. Os entrevistados registraram que estes itens são comercializados basicamente no próprio assentamento e nas cidades de Wanderlândia, Xambioá e Araguaína, todas situadas no norte do estado do Tocantins.

Todos os produtores entrevistados possuem aparelho de telefonia móvel, e declararam que pelo “celular” realizam a oferta e venda de vários produtos. A destinação dos produtos do assentamento é para o consumo das famílias e, a maior parte, ao mercado local ou regional. Os produtos consumidos pelas famílias e comercializados em cada tipo mercado estão apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Destinação dos produtos do Assentamento Ipê Amarelo.

Mercado	Produtos comercializados
Local	Feijão; Arroz; Café; Frangos; Ovos; Bananas; Milho verde; Milho e derivados; Mandioca e derivados; Leite e derivados; Carne suína e derivados.
Regional	Feijão; Arroz; Café; Banana; Milho e derivados; Mandioca e derivados.

Fonte: Autores, 2023.

O mercado local é formado pelos municípios próximos ao assentamento, ou seja, Wanderlândia, Araguaína e Xambioá, todas cidades localizadas na região norte do estado do Tocantins. Já o mercado regional se estende para as cidades do sul do estado do Maranhão - Estreito e Imperatriz, e ao leste do Pará - São Geraldo do Araguaia, Piçarra e Marabá.

Ainda em relação a distribuição dos produtos, verificou-se que a acessibilidade ao assentamento contribui significativamente para o escoamento dos produtos.

Os entrevistados divergem quanto a qualidade da via de acesso ao assentamento, mas a maioria ressalta a insatisfação quanto a qualidade da via. O entrevistado 10, afirma que: *“a estrada não é boa [...] tem lugares com muitos buracos e areia [...] as vezes não dá para passar de carro e nem de moto”*. O entrevistado 8, ressalta que: *“a estrada é muito ruim, o material utilizado para a reforma foi de péssima qualidade [...] a prefeitura colocou barro ao invés de cascalho, isto fez com que a estrada ficasse cheia de atoleiros [...] é difícil de passar nos períodos de chuva”*.

Estes relatos dos agricultores em relação indicam insatisfação com as políticas públicas de apoio aos empreendedores da agricultura familiar, e da mesma forma advertem que os serviços ofertados deveriam funcionar mais assertivamente aos interesses dos agricultores, quer seja para a melhoria da produção e da comercialização. Na percepção do agricultor 5: *“ainda temos que desenvolver (saber) novas formas para produzir melhor [...] aproveitando toda a terra, e também temos que ter mais facilidades em distribuir nossos produtos”*.

As afirmações dos agricultores sobre as políticas públicas direcionadas aos assentamentos por parte do governo como linhas de crédito via PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e a construção de estrada e pontes que dão acesso ao Projeto, são alguma das políticas públicas direcionadas ao PA IPÊ Amarelo. A maioria dos pesquisados afirmou que o poder público deveria se interessar mais pelos assentados/produtores, e conforme o entrevistado 4: *“nada foi feito para melhorar a qualidade de vida dos produtores”*. Mas, em outro sentido, há os pesquisados, em minoria, que entendem que houve sim ajuda e o que poderia ser feito pelo governo já foi feito, esses, conforme o pesquisado 5 ressaltam que: *“os produtores devem arregaçar as mangas e trabalharem [...] e fazer cada vez mais e esperar menos do governo”*.

Observou-se pelos relatos dos entrevistados que os sentimentos de conformidade e inconformidade com a situação atual do assentamento e com a realidade da agricultura familiar estão correlacionados ao tempo de moradia no assentamento. Os entrevistados com mais tempo no assentamento são os mais complacentes aos problemas de infraestrutura do assentamento, de produção e de comercialização dos produtos. Já os entrevistados com menor tempo no assentamento são os mais inconformados com a realidade atual.

Silva *et al.* (2022), avaliando as ofertas de produtos pelos agricultores em torno da estratégia de mercado e suas perspectivas de vantagens para a comercialização, apontam que o mercado público local é escolhido pelos produtores da agricultura familiar como alternativa para a comercialização dos produtos e de geração de emprego e renda para a família. Os autores destacam que há ainda a distribuição de produtos para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, por meio da modalidade de Compra com Doação Simultânea - CDS.

Dados deste estudo apontam que os produtos/alimentos entregues pelos

produtores ao PAA de Wanderlândia se destinam a 9 instituições, sendo oito escolas municipais e um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Já o ingresso dos produtores do Assentamento Ipê Amarelo a essa modalidade de comercialização, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, se deu pela parceria do governo municipal com a Associação dos Apicultores de Wanderlândia - APIWA, por meio da secretaria municipal da agricultura. Esse projeto possui duração 2 anos e está vigente, com a possibilidade de renovado pelo mesmo período.

O pagamento dos produtores desse programa (PAA) é realizado governo local e ocorre em média 30 dias após a entrega dos itens. O preço pago aos produtos é o de mercado, contudo em função dos mecanismos legais do programa o valor de todas as entregas se limita a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao ano para cada agricultor.

Os dados da pesquisa apontam que esse valor limitante do PAA se tornou uma barreira para a venda dos alimentos e da produção dos assentados/produtores. O entrevistado 3, que faz parte do programa, argumenta que: *“a falta de políticas públicas para auxílio dos agricultores é um dos maiores entraves existentes [...] e que o limite de oito mil ao ano prejudica não só a venda dos agricultores, mas também a produção [...] gerando inclusive a diminuição da produção devido à instabilidade da distribuição dos alimentos”*.

Observou-se nos resultados dessa pesquisa que a produção no assentamento é inferior ou pequena quando comparada com a agricultura patronal. Os motivos dessa realidade são consequências do tamanho das áreas, da pouca utilização de tecnológica no processo de plantio e colheita, e da descapitalização dos agricultores. Produtores entrevistados relatam que a falta de recursos para melhorar e ampliar a produção, diminui as chances de obter um o lucro melhor.

O secretário de agricultura do município de Wanderlândia, afirmou em entrevista que: *“é difícil atender as demandas dos produtores dos assentamentos, uma vez que a secretaria não tem recursos suficientes de maquinários e de pessoal que atendam todos [...] e que as necessidades vão desde o plantio, a colheita e a comercialização [...], mesmo assim a secretaria tem buscado atender a todos que os procuram”*.

Segundo o representante do órgão de gestão da agricultura em Wanderlândia, para atender toda demanda: *“temos que ingressar em fatores que implicam nas vendas dos produtos [...] e no lucro dos agricultores, e esse último assunto muitos não querem falar sobre [...], mas [...]mesmo assim ajudamos todos os assentados. Uma destas ajudas refere-se ao ingresso no Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea da CONAB. Entretanto, cabe ao próprio agricultor entregar os seus produtos: “já que a nossa responsabilidade é apenas em receber os produtos, pagar e entregar os mesmos nas nove instituições que os recebem, assim todo o manejo em produzir e as práticas em distribuir e*

comercializar é de responsabilidade do produtor”.

As formas de manejo, cultivo e a mão de obra, nas percepções dos entrevistados e as análises dos dados contam no item a seguir.

As Formas de Manejo, Cultivo e a Mão de Obra

Paes e Zappes (2016) em suas análises afirmam que as formas de manejo da terra, pelos agricultores familiares, são marcadas pela utilização de técnicas e de conhecimento tradicional que são transmitidos de forma geracional.

As análises apresentadas por Paes e Zappes (2016) podem ser observadas na forma de manejo e cultivo que predomina dentro no assentamento rural em estudo, já que os produtores utilizam no manejo da terra algumas ferramentas tradicionais, como: foice, enxada, enxada, machado e coité, e buscam por meio da utilização destes instrumentos e mão de obra familiar a diminuição dos custos com a produção.

Relatos dos entrevistados apontam que a utilização de tratores ocorre somente quando da necessidade de arar a terra e de colher determinadas tipos de lavoura, e, também, que esse serviço é realizado por terceiros e possui um valor elevado se comparado com a renda média mensal dos agricultores. O entrevistado 3 destaca que: *“em alguns períodos [...] nós conseguimos mais facilmente a ajuda da prefeitura”,* e que essa ajuda significa *“horas do trator no assentamento [...] inclui a máquina e o tratorista”,* mas que o combustível utilizado no período, a estadia do tratorista, e a alimentação fornecida ao funcionário da prefeitura são de responsabilidade do agricultor.

A maior queixa dos produtores em relação à oferta dos equipamentos pela prefeitura é em relação à qualidade dos próprios equipamentos. O entrevistado 8 afirmou que: *“os tratores quebram inúmeras vezes [...] e o serviço demora para ser realizado [...] e enquanto isso o profissional fica por conta do produtor, [...] um vai e vem [...] é da cidade para o assentamento gastando petróleo [...] ficam até 15 dias [...] as desculpas são de que a peça ainda não chegou ou não está pronta [...] gerando ainda mais despesas”.* Além das despesas com os serviços, há também o atraso no plantio, estas condições são vistas com frequência no assentamento, segundo os entrevistados, e alguns já perderam o tempo adequado para o plantio.

As formas de cultivos realizadas pelos agricultores seguem uma tradição cultural do meio rural do norte do Tocantins. Estas práticas são relatadas pelos entrevistados como às que herdaram ou aprenderam ao longo do tempo e pouco aperfeiçoaram durante suas experiências. Os entrevistados ressaltam que no manejo da terra (da plantação até a colheita) é utilizado o mínimo de agrotóxicos possível. Para o agricultor 2, o *“uso de agrotóxico não faz parte da cultura dos produtores do assentamento [...] a utilização não justifica até mesmo pela produção ser pequena [...] e não é necessário o uso intensivo de veneno”.*

Barbosa César et al.

O entrevistado 5 destacou que: *“o manejo da terra sem agrotóxico [...] ajuda a manter a terra sempre boa”*.

Observa-se em Kunzler e Badalotti (2017) que a mão de obra necessária para as atividades produtivas advém, em sua maioria, dos membros da própria família. Dados deste estudo que na condição da mão de obra utilizada nas propriedades há predominância de membros da família do empreendedor rural. Os assentados/produtores, em sua minoria, contratam operários externos por meio de diárias de trabalho e empreitas de serviços quando a força de trabalho dos familiares não é suficiente.

Na análise dos relatos dos entrevistados, verificou-se que entre os prestadores de serviço há assentados/produtores que além de exercer o trabalho em sua propriedade presta serviços para outros produtores, uma prática segundo os entrevistados para aumentar sua renda familiar.

Pelos dados apresentados pelos entrevistados foi possível identificar problemas na produção e na distribuição, bem como suas consequências. Considerando o cenário exposto, os problemas de produção, as dificuldades de comercialização, a forma de manejo da terra e os demais fatores socioeconômicos é admissível perceber as seguintes análises apresentadas na Tabela 4, a seguir.

Pelos aspectos observados nesta pesquisa, e que integram as percepções dos entrevistados, é possível apontar as seguintes inferências apresentadas nas considerações finais.

Tabela 4 - Os problemas na produção e distribuição de alimentos do Assentamento Ipê Amarelo e suas consequências.

Problemas identificados	Consequências
Redução do número de membros no núcleo familiar.	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento no custo de produção pela contratação de trabalhadores em regime de diária ou empreita. . Desinteresse dos familiares em continuar com as atividades agrícolas. . Ausência frequente de membros da família para a sucessão do comando da propriedade / empreendimento rural.
Dificuldade de acesso às inovações para a produção rural.	<ul style="list-style-type: none"> . Perda de competitividade no ambiente de produção e de comercialização dos produtos dos empreendimentos rurais. . Diminuição da lucratividade quando da comercialização dos produtos. . Familiares mais jovens desinteressados com a forma de produção e comercialização atual observada nos empreendimentos rurais.
Baixa qualidade da via de acesso ao assentamento.	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento no custo de transporte de insumos e produtos. . Perda da competitividade em preço de comercialização com os outros produtores.
O limite do valor anual do PAA.	<ul style="list-style-type: none"> . Dificuldade do produtor rural em aumentar a sua renda mensal. . Aumenta o desinteresse dos produtores em associar ao programa.
A baixa produtividade na produção de produtos em decorrência da falta de economia de escala.	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento no preço de custo dos produtos. . O preço de venda praticado não gera lucro suficiente para o aumento da produção.
O modelo atual de gestão da associação dos produtores.	<ul style="list-style-type: none"> . Distanciamento dos produtores da associação e dos objetivos associativos. . Perda de credibilidade da organização junto os sócios e parceiros.
Ausência dos maquinários necessários para a preparação da terra para o plantio e para a colheita.	<ul style="list-style-type: none"> . A contratação de horas de maquinário para a preparação da terra aumenta o custo de produção.
Baixa qualidade dos maquinários agrícolas – tratores.	<ul style="list-style-type: none"> . Demora na preparação da terra. . Aumento do custo de produção. . Atraso no plantio.

Fonte: Autores, 2023.

Considerações Finais

A pesquisa possibilitou identificar que os fatores de produção, como: tradicionalidade no manejo da terra, presença de mão de obra familiar durante as operações de produção rural, apoio da prefeitura municipal em algumas etapas da produção, existência do programa de aquisição de alimentos e a organização socioeconômica dos membros favoreceram o aumento da renda dos produtores rurais do Assentamento IPÊ Amarelo em Wanderlândia - TO.

Já os fatores de: segurança alimentar, cultura local, políticas públicas para o meio rural do município de Wanderlândia - TO, organização associativa no assentamento, qualidade dos alimentos e forma de representação do núcleo familiar, contribuíram para a melhoria na qualidade de vida dos produtores e, também, no aumento da renda familiar.

A estudo possibilitou ainda verificar que a capacidade associativa entre os membros do assentamento, o trabalho rural, o trabalho familiar nas propriedades e os tradicionais festejos realizados durante o ano, auxiliam na manutenção da cultura do povo do Assentamento Ipê Amarelo.

Por fim, ao analisar o modelo de produção no Assentamento Ipê Amarelo, identificou-se que a produção no ambiente estudado é pequena e com baixo volume de defensivos químicos e/ou agrotóxicos. Que não há economia de escala na produção e que o manejo da terra é baseado na utilização intensiva de mão de obra e com poucos recursos tecnológicos.

Pelos dados analisados, tem-se as seguintes constatações: a diversificação e sustentabilidade na produção; a evolução social dos assentados que agora se intitulam produtores rurais; a geração de trabalho no campo; a segurança alimentar no ambiente local; o aumento da renda dos produtores; e a melhoria da qualidade de vida dos produtores.

Referências

ABRAMOVAY, R., **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALVES, S. **Organização do trabalho de famílias agricultoras na comunidade nossa senhora de Lourdes, microrregião do Guamá no Nordeste Paraense**. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental Programa de Pós-Graduação Em Agriculturas Amazônicas, Pará, Belém, p.25. 2011.

AQUINO J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

BITTENCOURT, D. **Estratégias para a Agricultura Familiar Visão de futuro rumo à inovação**. Editora Técnica: Embrapa, Brasília. 2020.

BITTENCOURT, D. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Embrapa, Brasília, 2018.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: Alta Mira Press, 2005.

BRUMER, A. *et al.* **A exploração familiar no Brasil**. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, p. 179-234. 1993.

BRUNO, R. **Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro - RJ, v. 24, n.1. p. 142-160, 2016.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Londres: Sege, 2014.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre - RS: Penso, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUANZIROLI, C. *et al.* Family farming in Brazil: evolution between the 1996 and 2006 agricultural censuses. **The Journal of Peasant Studies**, London – UK, v. 40, n. 5, p. 817-843, 2013.

GUZMÁN, E. S. **Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América**. 2009.

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – Sidra - **Censo 2006 e 2017**. Acesso em 2019.

KUNZLER, L.L.; BADALOTTI, R. M. **Cooperação alternativa como estratégia de viabilização da agricultura familiar: o caso da Cooperativa Central Sabor Colonial. Desenvolvimento em Questão**. Ijuí - RS, v. 15, n. 39, p. 320-352, 2017.

Barbosa César et al.

LAMARCHE, H. (coord). **A agricultura familiar: Comparação Internacional: do mito à realidade/Tradução: Frédéric Bazin.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MOREIRA, E. C. P. *et al.*, (ORG). **A “nova” Lei n.º 13.123/2015 marco legal da biodiversidade: Entre Retrocessos e Violações de Direitos Socioambientais.** - São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2017.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília-DF**, v. 60, n. 13, p. 1-21, 2022.

NODA, H. *et al.* **Socioeconomia das unidades de agricultura familiar no Alto Solimões: formas de produção e governança ambiental.** In: NODA, H. *et al.* Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia. Manaus, AM: Wega, 2013.

PAES, R. S.; ZAPPES, C. A. Agricultura Familiar no Norte do Estado do Rio de Janeiro: Identificação de Manejo Tradicional. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia – MG, v. 28, n. 3, p. 385-395, 2016.

PAIVA, D. M.; ALVES, C. B.; GOMES, S. P., A Agricultura Familiar como Alternativa Sustentável: para um Aprimoramento Conceitual. **Revista Gestão em Foco**, Amparo – SP, v.11, p. 11 -24, 2019.

PELINSKI, A. *et al.* A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4. 2006. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Agroecologia/EMATER-MG, p.2. 2006.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a Arte da Agricultura: um manifesto Chayanoviano.** Tradução Claudia Freire. 1ª edição – Ed. Unesp/ UFRGS, São Paulo, 2016

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

SILVA, T.E.S. *et al.* Desenvolvimento de estratégias de comercialização na agricultura familiar agroecológica em Gravatá-PE na pandemia da Covid-19. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia - MG, v. 21, n. 1, p. 318-330, jan.-abr. 2022.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Universidade de Passo Fundo. Faculdade de Economia e Administração – Centro Regional de

Economia e Administração, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro - RJ, v. 21, p. 42-61, 2004.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora UNB, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.